

Paraguai pretende trocar energia por empresas e infraestrutura

Reajuste do preço pago em Itaipu pelo Brasil não atende aos interesses nos dois lados da fronteira

Juliana Rangel

À espera da votação no Congresso brasileiro, que deverá acontecer após as eleições, a revisão tarifária da energia de Itaipu Binacional suscita não só aspectos econômicos e contratuais, mas a reivindicação paraguaia de que o Brasil deve colaborar para o crescimento do país. Na avaliação de especialistas do Paraguai, e do próprio governo do presidente Fernando Lugo, a maior economia da América do Sul deveria abdicar de direitos para ajudar no desenvolvimento da população vizinha, instalando empresas, criando empregos e subsidiando o valor da energia que cabe ao outro lado da fronteira.

"Queremos outros temas que não sejam exclusivamente energéticos. O Brasil é um motor. Compartimos 300 mil 'brasiguaios' e temos outros aspectos a negociar", diz o analista paraguaio Guillermo Flores.

Como exemplo de cooperação, ele cita a criação de condições para que empresas brasileiras se instalem no Paraguai, já que a carga fiscal lá é menor. "Muitas empresas brasileiras poderiam se instalar a 100 metros dentro da fronteira paraguaia, o que seria muito mais valioso que uma renegociação de preços de Itaipu. Necessitamos de investimentos, tecnologia e criação de postos de trabalho", diz. De acordo com ele, não é interessante para o Brasil ter um vizinho pobre. "Se o Paraguai cresce, vai comprar prioritariamente do Brasil e todos ganharemos", diz. Construída há 27 anos, Itaipu tem capacidade para gerar até 14 mil megawatts e é a maior usina em produção no mundo, com receita anual de US\$ 3,5 bilhões.

No ano passado, os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva, do Brasil, e Lugo, do Paraguai, assinaram um termo de compromisso que triplica o valor pago pelo Brasil ao país vizinho pelo direito de utilizar a energia que cabe ao Paraguai mas não é consumida. O cálculo, que segue parâmetros fixados no tratado de criação da usina, em 1973, se refere a uma quantia paga além do custo da energia. A mudança desagradou especialistas dos dois lados. Para o presidente do centro de estudos **Acende Brasil**, **Claudio Sales**, trata-se de uma alteração absurda, que será arcada pelo consumidor brasileiro. Atualmente, 95% da receita de Itaipu vem do consumo do Brasil e 5% do Paraguai. Da receita anual, US\$ 2,745 bilhões vão para pagar despesas de exploração, incluindo o custo de produção da energia, amortização da dívida, juros e outros encargos.

Explique-se: quando a usina foi construída, ficou acertado que seu custo total, de US\$ 23 bilhões, seria financiado por bancos internacionais, com garantias do Tesouro Nacional do Brasil, já que o Paraguai não tinha recursos para investir. A tarifa seria definida pelo custo do pagamento do financiamento, não pelo valor de mercado. Foi estipulado que o tratado valeria por 50 anos, até 2023, quando acaba a amortização da dívida e cada país terá 50% da empresa. Dos US\$ 622 milhões que sobram da receita, US\$ 43 milhões são repassados como rendimento do capital integralizado pelos dois países, US\$ 437 milhões são distribuídos em royalties e US\$ 37 milhões vão para encargos de administração e supervisão.

Outros US\$ 120 milhões vão para o Paraguai, como Remuneração por Cessão de Energia. É esse o montante que deverá agora ser triplicado, o que dá um ganho extra demais de US\$ 5 bilhões ao país até 2013. "A argumentação que a gente vê nos palanques faz parecer que o Brasil só paga os US\$ 120 milhões pela energia que cabe ao Paraguai, mas que ele não consome, o que é esdrúxulo", diz **Sales**. E acrescenta: "A maior contribuição que o Brasil pode dar é mostrar que um tratado deve ser cumprido até o fim".